Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanços patrimoniais	**6**
Demonstrações do resultado	**7**
Demonstrações do resultado abrangente	**8**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**9**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**10**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A

Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Sônia Enegias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Sônia Enegias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 11 de junho de 2021, sem modificação.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.631	1.000
Despesas antecipadas	6	2.757	-
Total do Ativo Circulante		**11.388**	**1.000**
Despesas antecipadas	6	3.445	-
Total do Ativo Não Circulante		**3.445**	**-**
Total do Ativo		**14.833**	**1.000**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas - outras contas a pagar	10	588	-
Total do Passivo Circulante		**588**	**-**
Patrimônio líquido	7		
Capital social		2.500	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		20.389	-
Prejuízos acumulados		(8.644)	-
Total do Patrimônio líquido		**14.245**	**1.000**
Total do Passivo		**588**	**-**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**14.833**	**1.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais ou administrativas	8	(7.560)	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido e tributos		**(7.560)**	**-**
Despesas financeiras	9	(1.084)	-
Resultado financeiro líquido		**(1.084)**	**-**
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**(8.644)**	**-**
Prejuízo do exercício		**(8.644)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	(8.644)	-
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(8.644)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Capital subscrito	10.000	(10.000)	-	-	**-**
Capital integralizado	-	1.000	-	-	**1.000**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10.000**	**(9.000)**	**-**	**-**	**1.000**
Capital integralizado	-	9.000	-	-	**9.000**
Redução de capital através de cisão parcial	(7.500)	-	-	-	**(7.500)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	20.389	-	**20.389**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.644)	**(8.644)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.500**	**-**	**20.389**	**(8.644)**	**14.245**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício		(8.644)	-
Variações nos ativos e passivos			
Despesas antecipadas	6	(6.202)	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar	10	588	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(14.258)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	7	9.000	1.000
Cisão parcial	7	(7.500)	
Adiantamento para futuro aumento de capital		20.389	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		**21.889**	**1.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**7.631**	**1.000**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.000	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	8.631	1.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**7.631**	**1.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Sônia Energias Renováveis S.A., "Companhia", situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 355 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 03 de dezembro de 2020.

A Companhia tem como objeto social: (i) a implantação e exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, da usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica denominada EOL Ventos de São Rafael 11, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;

- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e

- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de julho de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "*impairment"*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é: caixa e equivalentes de caixa.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é: partes relacionadas.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de "impairment" com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro presumido, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma e não foram identificados arrendamentos.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercicios iniciados após 1° de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4 Cisão parcial

Em 18 de março de 2021 foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Ventos de Santa Sônia Energias Renovavéis S.A e constituição através da parcela cindida de seu patrimônio líquido as SPE's Ventos de Santa Áurea Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Balbina Energias Renováveis S.A, Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A, Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Bertila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A. Essa operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, o qual objetivou uma maior simplificação e independência operacional e propiciou melhores condições para traçar os seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais.

A operação teve como uma de suas consequências a redução do patrimônio líquido no montante de R$ 7.500, com a transferência, entre essas Companhias, do acervo líquido contábil da parcela cindida.

O critério utilizado para a avaliação do patrimônio da Ventos de Santa Sônia Energias Renovavéis S.A, com vistas à cisão parcial e consequente versão de parcela do mesmo à Ventos de Santa Áurea Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Balbina Energias Renováveis S.A, Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A, Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Bertila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A, foi o valor do patrimônio líquido contábil cindido, apurado com base no balanço patrimonial da Ventos de Santa Sônia Energias Renovavéis S.A, levantado em 08 de março de 2021 relacionados no Laudo de Avaliação e Verificação. As eventuais variações patrimoniais relativas às contas contábeis que compõem o acervo cindido ocorridas entre a data-base e a data da efetiva versão do acervo cindido à receptoras serão absorvidas pelas receptoras, proporcionalmente. As variações patrimoniais relativas às demais contas contábeis da cindida não compreendidas pelo acervo cindido permanecerão na cindida.

A cisão parcial proposta acarretou a diminuição do patrimônio líquido contábil da Ventos de Santa Sônia Energias Renovavéis S.A nos montantes que foram vertidos à Ventos de Santa Áurea Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Balbina Energias Renováveis S.A, Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A, Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Bertila Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A, foi o valor do patrimônio líquido contábil cindido, apurado com base no balanço patrimonial da Ventos de Santa Sônia Energias Renovavéis S.A conforme quadro demonstrado a seguir:

	Acervo cindido em 08/03/2021
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	7.500
Total do Ativo	7.500
Passivo	-
Total do Patrimônio líquido	7.500
Total do Passivo e Patrimônio líquido	7.500

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	**31/12/2020**
Bancos conta movimento	8.631	1.000
Total	**8.631**	**1.000**

6 Despesas antecipadas

	31/12/2021	**31/12/2020**
Prêmios de seguro a apropriar	**6.202**	**-**
Ativo circulante	**2.757**	**-**
Ativo não circulante	**3.445**	**-**

7 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R$ 2.500 e está representado por 2.500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
Acionistas	**(%) de ações**	**Valor**	**(%) de ações**	**Valor**
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A	**100%**	**2.500**	**100%**	**1.000**
Total	**100%**	**2.500**	**100%**	**1.000**

Aumento de capital

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R$ 9.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Redução de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 18 de março de 2021, foi realizada uma redução de capital no montante de R$ 7.500 com cancelamento de ações, todas integralizadas.

8 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	**31/12/2020**
		-
Tributos e contribuições	(859)	
Compartilhamento de despesa (a)	(3.067)	-
Despesas Legais	(111)	-
Seguros	(1.186)	-
Serviços - Pessoa Jurídica (b)	(2.337)	-
Total	**(7.560)**	**-**

(a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

(b) Refere-se a consultorias, serviços de mão de obra e auditoria externa.

9 Resultado financeiro

	31/12/2021	**31/12/2020**
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(1.084)	-
Total	**(1.084)**	**-**

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2020	
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a)	**-**
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	**-**

Em 31 de dezembro 2021	
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a)	**588**
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	**3.067**

(a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 24 de setembro de 2020, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

11 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2021		**31/12/2020**	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixas e equivalentes de caixa	8.631	8.631	1.000	1.000
Partes relacionadas – outras contas a pagar (passivo)	(588)	(588)	-	-
Total	**8.043**	**8.043**	**1.000**	**1.000**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hirarquia de valor de justo.

12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.